

## **Salvar o SNS: a intervenção do SIM na defesa da carreira médica**

### ***As nossas razões***

Sindicato Independente dos Médicos, independente de partidos, religiões, centrais sindicais até da federação dos sindicatos independentes e organizações mais ou menos discretas

Lembro a nossa fundação contra a unicidade sindical, na defesa e construção da carreira médica, e defesa intransigente dos médicos....

Um sindicato de acordos responsável a negociar e duro no combate.

Em 2019 participamos em 5 Reuniões no Ministério da Saúde após, 4 anos governo PS com apoio parlamentar do BE e PCP (com incompetência da oposição) e intransigência negocial por parte do governo fomos forçados abandonar o processo negocial antes das eleições legislativas.

A dra Marta Temido, entretanto foi reconduzida...

Estratégia do Governo: propaganda, propaganda, notícias falsas, de intervenção do Primeiro-ministro nas inaugurações e nas juras de amor ao SNS mas que não consegue esconder mais os sérios problemas.

O nosso trabalho no terreno através de denúncias e do apoio aos nossos associados, tornam evidente a realidade.

Em 2023 temos de lidar com o Partido Socialista com maioria absoluta um ministro experiente politicamente e simpático, mas infelizmente com pouco poder junto do ministro das finanças e do primeiro ministro.

Para início do processo negocial é necessário a assinatura de protocolo negocial em junho de 2022, onde constam Organização e disciplina trabalho médico e dos serviços de urgência, dedicação plena e grelha salarial.

Para incluir este último ponto no protocolo foram necessárias 8 horas

Da nossa parte contra muitos ventos e alguns mares cumprindo-o, integralmente já não podemos dizer o mesmo por parte governo.

Uma negociação é isso mesmo, uma negociação, mas no final do dia é o Governo que decide!

Este processo decorre num contexto de grandes perturbações e alterações legislativas; Nova lei de bases da Saúde, Novo estatuto do SNS, nova direção executiva ainda sem estatutos. ULS para todo o lado a 1 de janeiro, extinção das ARS, transferência de competências para as camaras, a que se junta a capacidade inventiva, já habitual dos conselhos de administração, diretores executivos e respetivos gabinetes jurídicos.

E a resposta e a produção legislativa tem sido lenta muito lenta demasiado lenta...

Mantendo e aumentando as indefinições no sistema

Impera perante esta realidade, um ambiente de grande descontentamento e indignação que alimenta o populismo com cada vez menos meios disponíveis.

Um Primeiro ministro que insiste em negar o problema afirmando não ser primeiro ministro dos médicos ser de todos os portugueses; esquece-se que os portugueses estão com cada vez mais dificuldade de acesso aos cuidados de saúde

### Contexto Sindical

Fundamental a realização de uma cimeira SIM/FNAM e a continuação das mesas negociais conjuntas perante a situação de gravíssima perturbação a que vimos assistindo nos últimos tempos.

Assim:

É essencial que o Governo concretize na prática as declarações de intenções

A grelha salarial não é alterada há 11 anos para os médicos do regime das 40 horas semanais - e há 18 anos para os médicos das 35 e 42 horas, - correspondendo a uma perda de poder de compra de 23%.

Com a maior carga fiscal de sempre (em 2022 foi atingido o máximo 36,4% do PIB), ultrapassada já em 10% nos primeiros 7 meses deste ano, a falta de investimento no SNS resultou em 1,6 milhões de portugueses sem médico de família e em listas de espera cada vez demoradas para consultas e cirurgias escalas de SU abaixo dos mínimos obrigando muitas vezes ao seu encerramento.

O nosso trabalho no terreno é assente em denúncias objetivas e documentadas.

Os Blocos de parto LVT, Braga, Algarve, Pediatria HBA as escalas com médicos prestadores 72 horas, Portalegre Leiria. Apoio aos colegas chefes de equipe demissionários Beatriz Ângelo, Fernando Fonseca, São Francisco Xavier, Garcia de Orta aos abaixo assinados dos internos medicina interna e obstetrícia entre muitas outras

Apoiamos os colegas que apresentam as minutas de cessação de disponibilidade para mais de 150h de SU, em que em muitas situações os colegas, escalados não compareciam. Com apoio do gabinete jurídico nunca tiveram problemas.

Alertas públicos múltiplos incluindo 2 cartas a inspeção geral das atividades de saúde para fazer uma auditoria as escalas de SU não obtiveram qualquer resposta.

Alertas vermelhos

6.500.000 de HE em 2022, 160 milhões de euros – graças também ao nosso trabalho passou a constar portal da transparência e em Agosto 4.300.000 horas, 122 milhões gastos em prestadores, grande numero das rescisões das reformas por idade, concursos deserto.... A tempestade perfeita

Quem governa é o Governo.... Tem de haver vontade e formalidade de mesas para processo negociais, participação dos ministérios das finanças administração publica e direção executiva.

E vontade genuína de resolver os problemas... repito vontade para os resolver...

Os problemas não se resolvem porque berramos muito ou pouco... é preciso que o governo queira

O Governo de maioria absoluta, após 16 meses de processo negocial com os sindicatos médicos, decidiu, avançar para aprovação, em Conselho de Ministros, das propostas de decretos-lei sobre a dedicação plena. e a grelha salarial e USF. Valorização do salário base claramente insuficiente 3,1 % para os médicos 40h

O SIM empenhou-se fortemente na procura de uma solução, consciente da degradação e do subfinanciamento nas últimas décadas do SNS e da crescente dificuldade dos Portugueses em aceder aos cuidados de saúde.

Não exigimos tudo para ontem. Combatemos as derivas de populismo e evitámos exacerbar e alimentar o justificadíssimo descontentamento que os médicos sentem.

Não propomos medidas ilegais e maximalistas – que, essas sim, seriam a destruição do SNS.

Não somos adeptos da teoria de quanto pior o SNS melhor para os interesses sindicais em que o setor privado seja o principal ganhador. Mas não nos deixaremos instrumentalizar pelas estratégias de partidos políticos.

Não fabricamos mentiras nem as reproduzimos nas redes sociais, que mesmo quando desmentidas... persistem

No processo negocial fomos ao limite na capacidade negocial com disponibilidade de contrato de Legislatura.... Calendarizar as disponibilidades mútuas

Dada a carência de profissionais, aceitamos, a título excepcional e provisório, alguma mobilidade dos médicos. Programa a diminuição da carga de trabalho e do tempo de SU no horário de trabalho em função de um aumento sério da grelha salarial 25 % em 3 anos

Incluímos na dedicação plena os médicos da saúde pública, de medicina legal e de medicina do trabalho, que estavam esquecidos pelo Governo.

Não tivemos sucesso no essencial, mas tudo fizemos para mitigar as malfeitorias requalificação e a dignificação da carreira médica.

Dedicação plena um parto longo e difícil cerca de 2019 entre inventar o termo para colocar na legislação, esperar 28 meses no programa eleitoral do PS e so em junho de 2023 apresentado aos sindicatos

Quanto à proposta de decreto-lei do novo regime de trabalho de dedicação plena, apesar da manutenção de quem assim o entender no regime das 40 horas, as condições exigidas não são aceitáveis.

Este “aumento” de que o Governo fala, relativo aos médicos hospitalares, destina-se apenas aos médicos que prescindirem dos atuais direitos que possuem, de proteção da qualidade e da segurança clínica, para si e para os seus doentes.

O facto de passarem a poder ser mobilizados para fazer urgências em outros hospitais, a perda do prejuízo do horário apos urgências noturnas bem como o aumento da carga de trabalho vai provocar, muito provavelmente, o seguinte: os médicos com mais de 55 anos, que ainda fazem urgências, vão deixar de as fazer; e os médicos mais novos, que ainda não têm possibilidade de recusar fazer urgências, vão ser empurrados para a rescisão.

Os médicos tarefeiros, sem integração em equipas estáveis, continuarão a ganhar muito mais e a poder escolher os hospitais e os dias onde vão fazer urgências, pois as carências são generalizadas. tendo representado 160 milhões de euros em 2022

Conseguimos do Governo, que a Dedicação Plena seja uma decisão opcional e individual. mas há perdas de direitos que sempre declarámos serem inegociáveis.

Quanto à proposta de decreto-lei das USF, é positivo acabar com as cotas o Governo foi sensível a alguns dos argumentos do SIM nomeadamente: na garantia de não ocorrer perda de remuneração; e na retirada de muitos dos indicadores que representam mais burocracia do que qualidade da atividade clínica.

Evitámos, ainda, o alargamento das listas de utentes - o que dificultaria, na prática, o acesso aos seus médicos de família.

Persistem, no entanto, demasiadas incongruências...

Aguardamos a publicação dos diplomas legais, mas estamos muito apreensivos quanto ao seu conteúdo pelo que desenvolveremos ações informativas com a presença do nosso gabinete jurídico.

Aguardamos as propostas escrita por parte do governo no recente anúncio para que as 35h passem ser a base do trabalho dos médicos

Para além da reversão de algumas destas medidas, será fundamental que o Governo, reabra a mesa negocial no âmbito da contratação coletiva, urgente quanto à organização e disciplina do trabalho médico, à organização dos serviços de urgência e à equiparação dos Contratos Individuais de Trabalho com os contratos em funções públicas, ao pagamento a todos os orientadores de formação bem como outros aspetos do nosso caderno reivindicativo.

Se tal não acontecer, a situação de contestação só irá aumentar em vez de diminuir...

Continuaremos a apoiar os associados nas reuniões 150 referindo sempre a prudência de o fazermos com 30 dias essencial em qualquer relação laboral para permitir procura de alternativas. E estamos solidários com os milhares de médicos que o fizeram...

Ninguém pretende encerramento de todas as urgências do SNS amanhã... Não pretendemos dar pretextos a quem quer que seja por em causa a liberdade laboral e o respeito pelos ACTs... O Parlamento tem a composição que conhecemos e legisla com liberdade

Quem suscita constitucionalidade é presidente republica, deputados, provedor e supremo tribunal de justiça... E depois é preciso que o tribunal constitucional o declare... tiros de pólvora seca não obrigado

O movimento médico não pode descambar a bem do SNS e da saúde dos Portugueses

O descontentamento é mais que justificado

Em particular, para os nossos colegas hospitalares fustigados pelo trabalho e sem perspetivas de melhoria nem com o acenar dos CRI, com a exigência de mais trabalho em SU e a manutenção das 18 h no horário...

Ou para os colegas de saúde pública. Incluindo os que estão em instituições de referência como a DGS, Instituto Ricardo Jorge e outras instituições fundamentais

## O Futuro

Continuar o combate mantendo a credibilidade e mitigar os danos da demagogia do radicalismo e populismo

As greves têm sido grandes sucessos não a desejamos, mas tivemos de fazer Greve Nacional e regionais de grande sucesso Ponto essencial a grelha salarial

E o único sinal de esperança e otimismo foi a resultante no nosso trabalho na Região autónoma da Madeira

Aguardamos as propostas concretas do governo para e concluir organização e disciplina trabalho médico, trabalho em SU, equiparação CITs e contratos função pública, apoio a todos os orientadores

Renegociação grelha salarial Santa Casa, SAMS

Insistimos Ministério da Justiça e Defesa para equiparação SNS

Continuar denúncia permanente com factos, provas documentais

Greve as HE nos cuidados de saúde primários

Numa palavra final garantidos toda a determinação na defesa os médicos hospitalares de medicina geral e familiar de saúde pública no instituto medicina legal, na defesa na santa casa e no SAMS poderão contar connosco

Essa defesa é o reforço na a total disponibilidade do SIM na procura de soluções com o governo será essencial para melhorar as condições de trabalho e do acesso dos portugueses no SNS

Podemos reunir amanhã mesmo ou durante próxima semana como anunciou o sr presidente da república